

A pluralidade cultural e a percepção da alteridade

2 O etnocentrismo



Início de conversa

Neste tema será apresentado o conceito de etnocentrismo, a abrangência universal de suas manifestações e suas variadas implicações, sobretudo para a percepção do “outro”, da alteridade.

Mãos à obra

TÓPICO 1 O conceito de etnocentrismo

O etnocentrismo é um fenômeno praticamente universal, pois cada cultura se vê como o “centro do mundo”, ou seja, como superior às demais.

O etnocentrismo manifesta-se, frequentemente, por meio da desqualificação e do repúdio às manifestações estéticas, morais, religiosas, culinárias etc. que mais divergem da cultura do observador. Trata-se de um mecanismo primário, de uma atitude emocionalmente condicionada, baseada em fundamentos psicológicos sólidos e profundos. Como assinalou o antropólogo M. J. Herskovits (1969), o etnocentrismo é um ponto de vista segundo o qual o modo de vida de alguém é percebido como superior a todos os outros.



Procede-se de forma etnocêntrica quando sociedades racial e/ou culturalmente diferentes são avaliadas à luz de critérios e interesses estabelecidos pela cultura do observador. O que caracteriza esse julgamento é que, agindo assim, somos levados a subestimar, menosprezar ou mesmo odiar condutas e costumes típicos de culturas divergentes daquela em que fomos socializados.

Ex:

Herskovits (1969) evoca a mitologia dos índios Cherokee norte-americanos para ilustrar uma evidente manifestação de etnocentrismo. De acordo com a crença desses índios de pele moreno-avermelhada, o Herói-Criador construiu um forno, modelou três figuras humanas em argila e colocou-as para cozer. Ansioso para ver o resultado de sua obra, retirou a primeira antes do tempo ideal e notou que ela ainda se mostrava semicozida, desagradavelmente pálida. Dela descendem os homens brancos. A segunda figura foi retirada no tempo certo e agradou-lhe plenamente, porque era morena, bonita, perfeita. Ela deu origem aos antepassados dos índios. O Criador tanto contemplou e admirou a segunda criatura que se esqueceu da terceira. Retirou-a do forno quando sentiu um forte odor de queimado, mas ela, desgraçadamente, já se encontrava carbonizada. Desta última figura, segundo os cherokees, descendem todos os negros.



Para abordar a complexa questão do etnocentrismo, é necessário contornar os equívocos interpretativos do relativismo cultural extremado. Embora todas as sociedades sejam etnocêntricas, são muito variadas as condições históricas em que ocorrem os contatos interculturais. A partir do Neolítico, os povos se diferenciaram, e alguns deles passaram a dispor de recursos que lhes permitiram conquistar e submeter outros povos (DIAMOND, 2004). A desqualificação do “outro” por meio de crenças etnocêntricas passou, desde então, a servir a diferentes propósitos, em sintonia com os interesses em jogo. A persistente desqualificação dos povos nativos do Novo Mundo à luz de apreciações etnocêntricas, por exemplo, não pode ser compreendida desconsiderando-se o cenário da colonização almejada e efetivada pelos europeus. As avaliações etnocêntricas do branco “civilizado” desqualificavam os “selvagens”, mas estavam longe de constituir somente uma expressão do “estranhamento” acerca de seus costumes exóticos ou “aberrantes”. Tratava-se, acima de tudo, de dar legitimidade ao extermínio e à escravização dos povos nativos, ao domínio sobre os seus territórios e ao monopólio das riquezas neles contidas ou que neles poderiam ser produzidas. Em síntese: o embate etnocêntrico era travado em um cenário configurado por conflitos intersocietários, no palco do confronto entre sociedades desiguais, assimétricas.

Essa interpretação não é adequada para explicar as relações intertribais dos povos indígenas das terras baixas da América do Sul, todos eles etnocêntricos, definindo-se, cada um à sua maneira, como o centro do mundo. Entretanto, as suas escaramuças armadas contribuíam apenas para a dispersão dos grupos locais – internamente igualitários –, dificultando a emergência do poder centralizado nesse cenário de formações sociais desprovidas de Estado (CLASTRES, 1980). Logo, os julgamentos etnocêntricos não constituíam um discurso de desqualificação do “outro” para exterminá-lo, subjugar-lo, escravizá-lo e usurpá-lo de seu território e de suas riquezas segundo a lógica dos interesses coloniais supramencionados. Em suma: neste segundo caso, o embate etnocêntrico era travado no contexto de antagonismos intertribais, no confronto entre formações sociais simétricas, iguais.

TÓPICO 2 A percepção etnocêntrica

A antropóloga Renate B. Viertler (2000: 163) lembra que os índios enaltecem os seus próprios costumes e zombam da aparência física e dos hábitos dos “civilizados” e de representantes de outras etnias. Para eles, o “belo” não se dissocia do mundo do semelhante e conhecido, “portanto benéfico e tranquilizador”, ao passo que o “feio” se vincula ao diferente, ao desconhecido e ao imprevisível, “pou-sada de inimigos, morada de maus espíritos que, eternamente, amedrontam o imaginário de qualquer ser humano”.

Claude Lévi-Strauss (1970), por sua vez, recorre à chegada dos espanhóis às Grandes Antilhas para ilustrar um caso típico de etnocentrismo: enquanto aqueles brancos cristãos travavam acalorados debates para determinar se os nativos possuíam ou não alma, estes observavam pacientemente



cadáveres de europeus para verificar se também estariam sujeitos à putrefação.

O autor ainda relata, em *Tristes trópicos* (1957: 191), o mito de origem dos mbaia-guaikuru, cujo território situava-se em terras brasileiras e paraguaias. Esses índios, que aprenderam a montar cavalos e adquiriram com isso grande mobilidade e poder, dominaram e exploraram outros povos indígenas daquela região. O mito Mbaia diz o seguinte: “Quando o ser supremo, Gonoenhodi, decidiu criar os homens, tirou primeiro da terra os Guaná, depois as outras tribos; aos primeiros, deu a agricultura, e a caça às segundas. O Enganador, que é outra entidade do panteão indígena, percebeu, então, que os mbaia tinham sido esquecidos no fundo do buraco e os fez sair; mas, como nada mais lhes restasse, tiveram o direito à única função ainda disponível, a de oprimir e explorar os outros”.

Em *Corações e mentes*, documentário histórico a respeito da Guerra do Vietnã, o comandante das forças norte-americanas, vendo-se obrigado a justificar as sucessivas derrotas de suas tropas, declarou que os “amarelos comunistas” estavam vencendo a guerra porque não davam valor à vida, e por isso lutavam sem nenhum temor. Segundo o militar, os destemidos vietnamitas sequer expressavam dor por ocasião da morte de amigos e parentes.

Roque de Barros Laraia (1989: 75) assinala que

(...) é comum a crença de que a própria sociedade é o centro da humanidade, ou mesmo a sua única expressão. As autodenominações de diferentes grupos refletem esse ponto de vista. Os Cheyene, índios das planícies norte-americanas, se autodenominavam “os entes humanos”; os Akuáwa, grupo tupi do sul do Pará, consideram-se “os homens”; da mesma forma que os Navajo se intitulavam “o povo”. Os [aborígenes] australianos chamavam as roupas de “peles-de-fantasma”, pois não acreditavam que os ingleses fossem parte da humanidade; e os nossos Xavante acreditam que o seu território tribal está situado bem no centro do mundo.

TÓPICO 3 A universalidade do etnocentrismo

Considera-se o etnocentrismo um fenômeno que se manifesta, com maior ou menor intensidade, em todas as sociedades humanas, e que resulta dos processos que promovem a integração e a coesão dos indivíduos-membros de qualquer formação social, o que leva à criação de uma identidade própria a cada grupo por meio de contrastes estabelecidos com a natureza e com outros grupos ou sociedades. Suas manifestações mais extremadas conduzem os membros de uma dada cultura a verem os “estrangeiros” como animais e até mesmo como “coisas”, negando-lhes, dessa forma, a própria condição humana.

Idiomas, hábitos culinários, religião, organização familiar, figuras lendárias etc. são elementos utilizados pelas sociedades humanas na criação de uma identidade própria, demarcando-se assim os limites que as separam dos “outros”. Compreende-se que a socialização dos indivíduos, desde o nascimento, de acordo com os costumes e valores de seu meio social, levem-nos a acreditar na superioridade de seus aspectos físicos e culturais. Todavia, se forem educados de maneira rígida e intolerante, poderão alimentar aversão e ódio a quaisquer outros costumes, valores e atributos raciais.

A cultura estabelece os seus contornos, a sua identidade, na medida em que se opõe à natureza – ou, melhor dizendo, a uma natureza culturalmente construída – e às demais culturas. Por meio desse processo, a cultura define e valoriza quem somos “nós”, opondo-se, simultaneamente, aos “outros”, que são etnocentricamente avaliados, vistos como humanos de qualidade inferior, imperfeitos, incompletos ou mesmo seres desprovidos de humanidade, rebaixados à animalidade.

Estabelecer comparações negativas com animais, com a natureza – “comer feito um porco”, “agir como uma “galinha”, demonstrar a “sutileza de um elefante”, ter a “importância de um piolho” – é um recurso adotado para depreciar pessoas. De maneira análoga, esse procedimento pode ser estendido para desqualificar os que vivem sob outros costumes: os coreanos são “comedores de cachorros”, e os franceses, “comedores de rãs”, isto é, não se alimentam “como gente”.

Para finalizar, talvez se possa supor que sociedades em crise, precariamente integradas, cuja identidade e autoestima estejam, por qualquer razão, comprometidas, sejam as menos etnocêntricas, enquanto aquelas cujas afirmações etnocêntricas se manifestam de maneira mais enfática sejam as mais coesas internamente.



Agora que terminamos a leitura do Tema 2, vamos acessar a Aulaweb para revisar e aprofundar nossos conhecimentos por meio de vídeos, exercícios e autotestes, entre outros.